



Simulado Final

GCM

Manaus AM

Simulado

Simulado GCM Manaus AM

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso GCM Manaus;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-GCM-Manaus-10-02>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LEGISLAÇÃO ESTADUAL*Fabício Dutra*

A ordem pública arquitetônica visual refere-se à maneira como a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados para criar ambientes que sejam esteticamente agradáveis, funcionalmente práticos e harmoniosos para a sociedade. Essa ordem é crucial para o bem-estar das comunidades, influenciando diretamente a qualidade de vida das pessoas, a identidade cultural de um lugar e a sustentabilidade ambiental. A seguir, detalho alguns pontos que destacam a importância dessa ordem:

1. Promove a Qualidade de Vida

A ordem pública arquitetônica visual contribui significativamente para a qualidade de vida dos cidadãos. Ambientes bem planejados e visualmente atraentes incentivam as pessoas a passar mais tempo ao ar livre, promovendo interações sociais e atividades físicas. Além disso, espaços urbanos bem desenhados podem reduzir o estresse e aumentar a sensação de bem-estar.

2. Reforça a Identidade e a Cultura Local

A arquitetura e o planejamento urbano são expressões da cultura e da história de um lugar. Preservar e incorporar elementos arquitetônicos tradicionais em novos desenvolvimentos ajuda a manter viva a identidade cultural de uma comunidade. Isso não apenas enriquece a experiência visual da cidade mas também fortalece o sentimento de pertencimento entre os habitantes.

3. Estimula o Desenvolvimento Econômico

Áreas bem planejadas e visualmente atraentes têm um impacto positivo no desenvolvimento econômico. Elas atraem turistas, incentivam o investimento e aumentam o valor imobiliário. Espaços públicos agradáveis, como parques e praças, podem se tornar pontos de encontro que

estimulam o comércio local e atividades econômicas diversas.

4. Promove a Sustentabilidade

A ordem pública arquitetônica visual também desempenha um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis. O planejamento urbano que leva em conta a eficiência energética, a minimização do impacto ambiental e a integração de espaços verdes contribui para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e habitáveis.

5. Melhora a Segurança Pública

A forma como um espaço é projetado pode influenciar diretamente a segurança pública. O conceito de "prevenção através do design ambiental" sugere que ambientes bem iluminados, com visibilidade clara e rotas de acesso bem definidas, podem reduzir a incidência de crimes. Além disso, a inclusão de espaços públicos vibrantes e ativos pode aumentar a vigilância natural, contribuindo para uma comunidade mais segura.

Conclusão

A ordem pública arquitetônica visual não é apenas uma questão de estética; é uma ferramenta poderosa para melhorar a funcionalidade, a sustentabilidade, a segurança e a qualidade de vida nas cidades. Investir em planejamento urbano e arquitetura de qualidade é investir no futuro das comunidades, criando ambientes que promovem o bem-estar coletivo, respeitam a identidade cultural e contribuem para o desenvolvimento sustentável. Portanto, é essencial que arquitetos, planejadores urbanos, governantes e a sociedade como um todo reconheçam e valorizem a importância da ordem pública arquitetônica visual.

01. Segundo o texto acima, é incorreto afirmar que:

- a) A ordem pública arquitetônica visual influencia positivamente a qualidade de vida dos cidadãos ao promover ambientes esteticamente agradáveis e funcionalmente práticos.
- b) Preservar elementos arquitetônicos tradicionais em novos desenvolvimentos ajuda a manter a identidade cultural de uma comunidade.
- c) Espaços urbanos bem planejados e visualmente atraentes contribuem para o desenvolvimento econômico, atraindo turistas e incentivando investimentos.
- d) O planejamento urbano que considera a sustentabilidade pode levar ao desenvolvimento de cidades mais verdes, habitáveis e com menor impacto ambiental.
- e) A implementação de práticas de design urbano voltadas para o esporte pode reduzir a incidência de crimes e aumentar a sensação de segurança entre os habitantes.

02. Assinale a opção que não contém uma proposta de escrita correta e coerente do fragmento a seguir:

Áreas bem planejadas e visualmente atraentes têm um impacto positivo no desenvolvimento econômico.

- a) Espaços urbanos organizados e esteticamente apelativos promovem o crescimento econômico.
- b) O planejamento eficiente e a beleza visual de regiões urbanas impulsionam a economia local.
- c) Regiões atraentes e bem estruturadas favorecem a prosperidade econômica.
- d) A harmonia visual e o ordenamento de áreas urbanas nascem de avanços na economia.
- e) Ambientes visualmente encantadores e meticulosamente planejados contribuem para o fortalecimento econômico.

03. A ordem pública arquitetônica visual também desempenha um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis.

Sobre o trecho sublinhado acima, assinale a sua função sintática:

- a) adjunto adnominal
- b) complemento nominal
- c) agente da passiva
- d) sujeito
- e) objeto indireto

04. A ordem pública arquitetônica visual também desempenha um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis.

Ainda sobre esse trecho, julgue os itens a seguir:

- I. O deslocamento do termo ‘também’ para antes da expressão ‘na promoção’ manteria a correção e o sentido.
- II. O termo ‘sustentáveis’ é um adjetivo que expressa característica.
- III. O termo ‘fundamental’ poderia ser anteposto ao termo ‘papel’ sem alteração do sentido original.

Está(ão) correto(s):

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) III

05. Assinale a opção em que ocorre um desliz gramatical no que tange ao emprego do acento de crase.

- a) A polícia intensificou suas rondas nas áreas próximas à escola, visando oferecer maior proteção aos estudantes que precisam caminhar até suas casas após o anoitecer.
- b) Os moradores da região foram à reunião com o secretário de segurança pública para discutir medidas que pudessem levar à redução da criminalidade no bairro.
- c) O novo programa de vigilância, destinado à áreas comerciais, promete aumentar significativamente a segurança para lojistas e clientes, especialmente durante a temporada de festas.
- d) A campanha de conscientização sobre segurança no trânsito levou à instalação de novas placas de sinalização nas vias que dão acesso à universidade, em um esforço para prevenir acidentes envolvendo jovens motoristas e pedestres.
- e) Para garantir a segurança à noite, a prefeitura decidiu aumentar a iluminação nas ruas que levam à praça central, onde a movimentação é intensa até altas horas.

06. A produção textual _____ você se referiu é a mesma _____ eu estava procurando.

Preencha corretamente as lacunas acima:

- a) que / ao qual
- b) a que / por qual
- c) à qual / o qual
- d) a qual / por que
- e) à qual / pela qual

Numa tarde nublada de outono, enquanto caminhava pela velha ponte da cidade, me deparei com uma cena que jamais esqueceria. Ali, bem no meio da ponte, estava um gato preto, miando desesperadamente, como se pedisse por ajuda. Olhei ao redor, buscando alguém que pudesse ser o dono daquela criatura aflita, mas não havia ninguém à vista. A ponte, normalmente um local de passagem rápida para os transeuntes apressados, naquele momento parecia um palco abandonado, exceto por mim e pelo gato.

Não era de minha natureza ignorar um ser em apuros, então me aproximei cuidadosamente, temendo assustá-lo ainda mais. O gato, vendo-se diante de um humano que não lhe oferecia perigo, pareceu acalmar-se um pouco. Foi então que notei uma pata machucada, sangrando levemente. Sem pensar duas vezes, tirei meu cachecol e, com delicadeza, envolvi a pata ferida do animal, improvisando uma atadura.

Decidi que não poderia deixá-lo ali, à mercê do destino. Levantei-o com cuidado, sentindo seu corpo tremer contra o meu peito. "Vamos encontrar um lugar seguro para você", murmurei, como se ele pudesse entender minhas palavras. Caminhamos juntos, eu e o gato, em direção à minha casa, que não ficava muito longe. Durante o caminho, refleti sobre como um simples passeio transformara-se em uma missão de resgate inesperada.

Chegando em casa, preparei um canto aconchegante para o meu novo amigo. Enquanto cuidava dele, percebi que, mesmo sem intenção, eu havia mudado o curso daquela tarde cinzenta. Não era apenas um observador da história que se desenrolava diante de mim; eu era um participante ativo, alguém cujas ações interferiram diretamente no destino de outro ser. Aquela experiência me ensinou sobre a importância dos pequenos gestos de bondade e como, às vezes, somos colocados em situações que nos permitem fazer a diferença no mundo, mesmo que de maneira modesta. O gato, por sua vez, recuperou-se completamente, tornando-se um companheiro leal e um lembrete constante daquela tarde em que nossos caminhos se cruzaram na velha ponte.

07. No texto acima, foram empregados, devido ao tipo textual, alguns trechos com a predominância do registro informal. Assinale a opção em que está presente este uso.

- a) Decidi que não poderia deixá-lo ali, à mercê do destino.
- b) Chegando em casa, preparei um canto aconchegante para o meu novo amigo.
- c) O gato, por sua vez, recuperou-se completamente, tornando-se um companheiro leal
- d) Aquela experiência me ensinou sobre a importância dos pequenos gestos de bondade.
- e) Caminhamos juntos, eu e o gato, em direção à minha casa, que não ficava muito longe.

08. O narrador do texto acima pode ser classificado como:

- a) Narrador observador
- b) Narrador inerte
- c) Narrador interferente
- d) Narrador quociente
- e) Narrador sábio

09. Decidi que não poderia deixá-lo ali, à mercê do destino. Levantei-o com cuidado, sentindo seu corpo tremer contra o meu peito.

Sobre os processos de coesão dos termos sublinhados no trecho acima, assinale a afirmação correta.

- a) A coesão é anafórica e o referente é o destino.
- b) A coesão é catafórica e o referente é o gato.
- c) A coesão é exofórica e o referente é o próprio autor.
- d) A coesão é anafórica e o referente é o gato.
- e) A coesão é dêitica e o referente é o gato.

10. Aquela experiência me ensinou sobre a importância dos pequenos gestos de bondade e como, às vezes, somos colocados em situações que nos permitem fazer a diferença no mundo, mesmo que de maneira modesta.

A expressão 'mesmo que' apresenta valor de:

- a) adversidade
- b) concessão
- c) dúvida
- d) causa
- e) conformidade

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

11. No Explorador de Arquivos do Windows, ao clicar com o botão direito do mouse sobre um item, aparece o menu Propriedades, nele é possível verificar várias características do mesmo. Caso o usuário tenha selecionado um arquivo e pressionado esse menu, qual a operação que não é possível realizar:

- a) Ver o local onde o arquivo se encontra
- b) Verificar o tipo do arquivo
- c) Alterar o tipo do arquivo de forma válida
- d) Alterar o nome do arquivo
- e) Verificar a data e a hora da última alteração

12. A inserção de citações no Word é feita a partir de que guia:

- a) Inserir.
- b) Revisão
- c) Layout de Página.
- d) Exibição
- e) Referências.

13. No Excel a opção “Mesclar e centralizar” se encontra em que menu:

- a) Página Inicial
- b) Inserir
- c) Exibir
- d) Gráficos.
- e) Correspondência

14. Não poderia ser considerada uma característica da implementação de uma nuvem:

- a) diminuição do custo com aquisição de licença de software
- b) independência de plataforma de hardware.
- c) independência de plataforma de software.
- d) facilidade de atualização de versão.
- e) obrigatoriedade do cliente de não poder fazer alterações em seus projetos após a contratação do serviço.

15. O ataque que fareja pacotes na rede e que pode ser dos tipos: interno (colocado pelo próprio administrador da rede) ou externo (colocado pelo atacante) é o:

- a) Virus
- b) Sniffer.
- c) Worm
- d) spyware.
- e) Backdoor.

GEOGRAFIA DE MANAUS*Priscila Lima***16. Estratégia Concursos - Geografia de Manaus – Professora Priscila Lima**

Sobre a formação e os limites do município de Manaus, assinale a alternativa correta

- a) Manaus se tornou um dos vinte municípios mais populosos do Brasil graças à exploração das drogas do sertão.
- b) Apresentando a maior polaridade da Região Norte, Manaus tem limites, ao norte, com Itapiranga.
- c) Manaus foi fundada em 1669 na margem esquerda do Rio Negro, com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro
- d) Manaus passou a figurar entre os vinte municípios mais populosos do Brasil apenas na década de 1960.
- e) A região Amazônica foi interiorizada através dos rios, com isso, Manaus foi fundada às margens direta do rio Solimões.

17. Estratégia Concursos - Geografia de Manaus – Professora Priscila Lima

Sobre os aspectos físicos e naturais que envolvem o município de Manaus, assinale a alternativa correta.

- a) A bacia Amazônica é marcada por rios intermitentes, como é o caso da região hidrográfica de Manaus, uma das Unidades de Planejamento Hídrico (UPH) do Amazonas.
- b) O clima predominante em Manaus não apresenta meses com menor pluviosidade, sendo considerado mais úmido que os demais municípios do estado.
- c) Considerando a floresta Amazônia que envolve o município, a topografia uniforme cria um cenário com predomínio da mata de várzea.
- d) Graças à sua localização latitudinal, Manaus apresenta amplitude térmica e temperaturas médias muito elevadas, além de uma pluviosidade elevada.
- e) A vegetação manaura pode ser classificada como, predominantemente, latifoliada e perenifólia, reflexo de um clima quente e úmido.

18. Estratégia Concursos - Geografia de Manaus – Professora Priscila Lima

Manaus é uma das principais cidades do Brasil e com isso apresenta características econômicas e demográficas importantes. Sobre tais características, assinale a alternativa correta

- a) A população manaura se distribui de maneira homogênea pelo território.
- b) Em Manaus há mais mulheres que homens e predominam os autodeclarados brancos.
- c) O PIB industrial de Manaus ocupa o 1º lugar no Estado e o 5º no país.
- d) No setor industrial, o principal produto manaura são os carros.
- e) Manaus é o décimo município mais populoso do Brasil e o segundo do Amazonas.

HISTÓRIA DE MANAUS

Alessandra Lopes

19. Observe a imagem abaixo, publicada no jornal *O Jornal* em fevereiro de 1968:



Disponível em: <<https://idd.org.br/jornais/primeiro-aniversario-da-zona-franca-de-manaus/>>.

Acessado em 07/02/2024.

A lei de criação da Zona Franca de Manaus é originalmente de 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Mas o período no qual ela foi reformulada e posta, de fato, em prática foi a época da ditadura militar. Esses dados históricos apontam a(o)

- a) grande distinção entre as políticas econômicas do período democrático populista e da ditadura militar.
- b) necessidade de se fundar uma cidade planejada, como Manaus, no coração da Amazônia brasileira.
- c) força dos fazendeiros de soja, que apoiavam incondicionalmente a criação de uma zona industrial na região.
- d) controle estatal sobre os jornais, que apenas veiculavam notícias positivas sobre o regime militar.
- e) intervenção do Estado na economia com um viés desenvolvimentista bastante agudo, nos dois momentos históricos.

20. Foi durante a década de 1890 que a produção de borracha nas áreas quase inacessíveis finalmente "decolou". Parte fundamental desse processo foi a construção, depois de várias tentativas interrompidas, das tão esperadas estradas de varação.

(Adaptado de WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência. São Paulo: HUCITEC; EdUSP, 1993, p. 212)

Sobre o contexto do chamado ciclo da borracha e seu impacto na cidade de Manaus, analise as afirmativas a seguir:

- I. Manaus se tornou um grande centro urbano da região, atraindo investidores e realizando reformas estruturais e urbanísticas.
- II. O processo foi relativamente pacífico com relação às populações indígenas, que contribuíam para a exploração seringalista do final do século XIX.
- III. Teve grande estímulo do processo da expansão da industrialização por países europeus e pelos EUA na passagem do século XIX ao XX.
- IV. Estimulou a vinda de imigrantes de várias regiões, como os árabes e os japoneses, que acabaram se instalando na cidade e no interior do estado.

Está correto o que se diz em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e II, apenas.

DIREITOS HUMANOS*Lilian Novakoski*

21. Em relação aos Direitos Humanos e suas características, assinale a alternativa correta.

- a) Os Direitos Humanos são considerados universais, tendo em vista não ser possível eleger categorias de indivíduos a serem merecedores da tutela desses direitos.
- b) Não existe a possibilidade de existirem direitos específicos para portadores de deficiência, visto que, a universalidade dos Direitos Humanos exclui a possibilidade de existência de direitos especiais.
- c) Os Direitos Humanos são irrenunciáveis, inalienáveis e imprescritíveis. Isso significa que esses direitos não podem ser comercializados, que as pessoas não podem renunciar à proteção de sua dignidade humana e que os Direitos Humanos não se extinguem com o passar do tempo.
- d) Uma das características dos Direitos Humanos é a interdependência, a qual determina que ninguém pode renunciar ao seu direito, pois ele se atrela à condição humana;
- e) A irrenunciabilidade dos Direitos Humanos determina que a realização de um direito muitas vezes depende, no todo ou em parte, da realização de outros.

22. Assinale a alternativa que traz a característica relacionada ao conceito:

“Por não possuírem um conteúdo econômico-patrimonial, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, limitando o princípio da autonomia privada.”

- a) Universalidade
- b) Interdependência
- c) Inalienabilidade
- d) Irrenunciabilidade
- e) Inexauribilidade

23. O Decreto nº 678 de 06 de novembro de 1992 promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Com relação às disposições do Pacto de São José da Costa Rica sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida e esse direito deve ser protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção.
- b) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.
- c) Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido, salvo por decisão de maioria absoluta dos membros de comissão destinada para este fim.
- d) Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez
- e) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

24. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi redigida pela então Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Ela representava um passo em direção à eventual elaboração de um "tratado internacional de direitos humanos", um objetivo que não acabou não acontecendo por conta da Guerra Fria. A declaração foi elaborada com o objetivo de destacar a dignidade da pessoa humana como o núcleo de todos os direitos humanos.

Em relação ao texto acima, analise as alternativas e assinale a correta:

- a) Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito, contudo, não implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção.
- b) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado
- c) Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, exceto a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.
- d) Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, exceto em caso de crimes hediondos.
- e) Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida econômica de seu país, empreendendo negócios e abrindo empresas

25. Em relação à Declaração De Pequim Adotada Pela Quarta Conferência Mundial Sobre As Mulheres, analisa as alternativas e assinale a INCORRETA:

- a) Reafirma o compromisso em assegurar a plena implementação dos direitos humanos das mulheres e das meninas como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) Reconhece as aspirações de todas as mulheres do mundo inteiro, não levando em consideração a diversidade das mulheres, suas funções e circunstâncias.
- c) Reafirma o compromisso em alcançar a plena e efetiva implementação das Estratégias de Nairóbi para o fortalecimento das Mulheres.
- d) Estão determinados a Intensificar esforços e ações para alcançar, até o final deste século, os objetivos e estratégias de Nairóbi orientados para os avanços das mulheres.
- e) Estão determinados a adotar todas as medidas necessárias para eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e aos avanços e fortalecimento das mulheres

DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

26. Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada mediante autorização legal para a exploração de atividades econômicas e com capital social inteiramente público. Este é o conceito de

- a) empresa pública.
- b) sociedade de economia mista.
- c) fundação Pública.
- d) agência reguladora.
- e) autarquia.

27. Foi realizada uma denúncia que um mercado estava comercializando produtos com a data de validade vencida. Diante disso, fiscais de vigilância sanitária se deslocaram até o local e comprovaram a veracidade dos fatos, e por essa razão, interditaram o estabelecimento, mesmo sem ordem judicial. A respeito da situação narrada, a atuação dos fiscais de vigilância sanitária decorre do poder

- a) regulamentar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.
- e) de tutela.

28. Em relação ao poder de polícia, quando a Administração Pública executa diretamente as suas decisões, sem a intervenção judicial, está diante do atributo da

- a) coercibilidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) discricionariedade.
- d) tipicidade.
- e) imperatividade.

29. João e Antônio, no exercício das funções que desempenham em determinado órgão público, praticaram um ato que gerou dano ao patrimônio desse órgão. João é servidor efetivo de tal órgão, enquanto Antônio é estagiário. Levando em conta a situação narrada e as disposições da Lei 8.429/92,

- a) apenas João poderá ser responsabilizado pelo ato de improbidade, uma vez que Antônio é apenas estagiário e não possui vínculo com o órgão.
- b) ambos poderão ser responsabilizados, bastando a voluntariedade da conduta causadora do prejuízo.
- c) eles poderão ser responsabilizados apenas administrativamente pela sua conduta, além do dever de ressarcir o prejuízo causado.
- d) ambos são considerados sujeitos ativos próprios do ato de improbidade.
- e) ambos poderão ser responsabilizados, João por ser servidor e Antônio por ser um particular que concorreu para a prática do ato.

30. Assinale a alternativa que corresponde ao princípio que determina que o administrador público, ao exercer a margem de escolha dada pela lei, deverá sempre agir de modo a evitar os excessos no exercício dessa discricionariedade administrativa, vedando a adoção de meios superiores aos estritamente necessários.

- a) Impessoalidade.
- b) Discricionariedade.
- c) Moralidade.
- d) Supremacia do interesse público.
- e) Proporcionalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

31. Analise as assertivas de acordo com a Constituição federal de 88. Levando em consideração os dispositivos que tratam da segurança pública, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).
() As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e municipais, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

() Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

() Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

() Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência dos Estados, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

() compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - V - V
- b) F - F - V - F - F
- c) F - V - F - F - V
- d) V - F - F - F - V
- e) F - V - V - F - V

32. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal de 1988. No que tange às disposições constitucionais na SEÇÃO IV referente a ASSISTÊNCIA SOCIAL, assinale a alternativa correta.

a) Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais às esferas federal, estadual e municipal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas federal, estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

b) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, dependendo de contribuição à seguridade social;

c) As ações governamentais na área da previdência e assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes;

d) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida;

e) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência, à criança, ao adolescente e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei;

33. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à _____, à _____, à _____, à _____ e à _____.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) Vida / Fraternidade / Liberdade/ Insegurança / Prosperidade
- b) Vida/Liberdade/ Fraternidade/Segurança / Prosperidade
- c) Vida / Liberdade/ desigualdade/ Segurança/ Propriedade
- d) Vida / Fraternidade/Igualdade/Insegurança / Prosperidade
- e) Vida / Liberdade / Igualdade/ Segurança / Propriedade

34. Entre os direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 (CF) inclui-se o direito que não nasceu com o texto da CF/88.

- a) educação.
- b) moradia.
- c) trabalho.
- d) lazer.
- e) previdência social.

35. Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos;
- b) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos;
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular e ação civil pública;
- d) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente;
- e) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

36. No que se refere aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta:

- a) o concurso de duas ou mais pessoas é causa de aumento de pena do furto e circunstância qualificadora do roubo;
- b) A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.
- c) O roubo impróprio poderá ser cometido mediante violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência.
- d) O crime de estelionato é praticado quando alguém subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel consistente em vantagem ilícita, em prejuízo alheio, com abuso de confiança, ou mediante fraude;
- e) É considerado qualificado o crime de furto (CP, art. 155, § 4º) praticado por funcionário público (ou equiparado) no exercício da função.

37. Carlos Alberto recebeu em proveito próprio coisa alheia móvel cuja subtração específica previamente encomendara a Bernardo Augusto. Assim, Carlos Alberto cometeu o delito de

- a) furto.
- b) receptação dolosa.
- c) receptação culposa.
- d) favorecimento real.
- e) favorecimento pessoal

38. A conduta de deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente configura o crime de

- a) concussão.
- b) prevaricação.
- c) abandono de função.
- d) condescendência criminosa.
- e) usurpação de função pública.

39. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) No peculato culposos, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

40. Assinale a alternativa que contém apenas hipóteses de lesão corporal de natureza grave.

- a) Aborto, perigo de vida e aceleração de parto.
- b) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, perigo de vida e deformidade permanente.
- c) Incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável e perda ou inutilização do membro, sentido ou função.
- d) Incapacidade permanente para o trabalho, perigo de vida e aceleração de parto.
- e) Incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, debilidade permanente de membro, sentido ou função e aceleração de parto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

41. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao inquérito policial:

- a) O MP, por ser o titular da ação penal pública, pode requisitar a instauração do IP, mas não pode realizar diretamente as diligências nem presidir o IP.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos caso haja notícia de prova nova.
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- e) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

42. Determinado agente praticou crime de roubo numa via pública, tendo sido perseguido pela autoridade policial logo após o fato. Contudo, a perseguição foi interrompida, pois se perdeu o infrator de vista. Horas depois, porém, o agente foi encontrado com instrumentos, armas, objetos ou papéis que fazem presumir ser ele autor da infração. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Há hipótese de flagrante ficto
- b) Há hipótese de flagrante diferido
- c) Há hipótese de flagrante impróprio
- d) Há hipótese de flagrante postergado
- e) Não há hipótese de flagrante delito, devendo a autoridade policial representar ao Juiz pela decretação da prisão preventiva

43. Acerca das disposições gerais sobre as provas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- c) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.
- d) É possível ao Juiz determinar, de ofício, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- e) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer.

44. Acerca do interrogatório do acusado e da confissão, assinale a alternativa correta:

- a) O interrogatório por videoconferência atualmente é a regra no processo penal brasileiro, em razão da evolução tecnológica e da redução de custos que tal modalidade proporciona.
- b) Antes mesmo de ser qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz acerca do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.
- c) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório, desde que haja pedido fundamentado de qualquer das partes.
- d) A confissão será indivisível e irretratável.
- e) O silêncio do acusado, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

45. Acerca da prisão temporária (Lei 7.960/89), assinale a alternativa correta:

- a) Deve ser reavaliada sua necessidade a cada 90 dias, de ofício, pelo próprio Juiz que decretou a prisão.
- b) É cabível em caso de crime de epidemia com resultado de morte, se presentes os demais requisitos.
- c) Expirado o prazo de prisão temporária deve o Juiz expedir alvará de soltura para que o preso possa ser libertado.
- d) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, de ofício, ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- e) Os presos temporários deverão permanecer, se possível, separados dos demais detentos.

LEGISLAÇÃO

Antônio Pequeno

46. Marque a alternativa incorreta de acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13022/2014).

- a) Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- b) A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.
- c) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.
- d) O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.
- e) As guardas municipais podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.

47. De acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13022/2014) marque a alternativa correta que traga a competência geral das Guardas Municipais:

- a) A proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
- b) zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município.
- c) prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.
- d) atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais.
- e) colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social

48. De acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais (lei nº 13022/2014) é um órgão de controle interno:

- a) Chefia de Plantão
- b) Procuradoria
- c) Supervisão
- d) Ministério Público
- e) Corregedoria

49. De acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais (lei nº 13022/2014) dentre as prerrogativas marque a alternativa incorreta:

- a) Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido em lei municipal.
- b) Deverá ser garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis.
- c) Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.
- d) O Guarda Municipal tem direito a aposentadoria especial quando completar 15 anos de efetivo exercício na função.
- e) É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

50. De acordo com a Lei Complementar nº 16/2021 – Estatuto da Guarda Municipal de Manaus, são considerados superiores hierárquicos da Guarda municipal de Manaus, exceto:

- a) Chefe do Poder Executivo Municipal
- b) Secretário da Pasta da qual integre a Guarda Municipal de Manaus.
- c) Superintendente da Guarda Municipal de Manaus;
- d) Superintendente Adjunto da Guarda Municipal de Manaus
- e) Delegado da Guarda Municipal

51. De acordo com a Lei Complementar nº 16/2021 – Estatuto da Guarda Municipal de Manaus, são atribuições da Corregedoria da Guarda Municipal de Manaus, exceto:

- a) receber e apurar denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos ou que contrariem o interesse público praticados por servidores públicos da Guarda Municipal de Manaus;
- b) realizar diligências nas unidades da Administração sempre que necessário para o desenvolvimento de seus trabalhos;
- c) manter sigilo, quando solicitado, sobre denúncias e reclamações, bem como sobre sua fonte, providenciando, nos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;
- d) elaborar e publicar, mensalmente, relatório de suas atividades.
- e) Instaurar procedimentos e processos disciplinares para apuração de conduta infracional cometida por integrante da Guarda Municipal de Manaus, direcionando os autos à autoridade superior ou ao órgão colegiado para a aplicação das sanções, no caso de infrações passíveis da penalidade de advertência, suspensão e ressarcimento ao erário.

52. De acordo com a Lei Complementar nº 16/2021 – Estatuto da Guarda Municipal de Manaus, o porte de arma de fogo do guarda municipal será cancelado, exceto:

- a) em razão da demissão ou falecimento.
- b) em razão do cumprimento de pena ou de determinação judicial.
- c) em razão de suspensão
- d) em razão de proibições de uso ou porte previstas na legislação federal, estadual ou municipal.
- e) quando for considerado responsável em processo administrativo pela ocorrência de furto, roubo, extravio, perda ou danos na arma de fogo ou munição de propriedade da Prefeitura Municipal de Manaus, sob sua responsabilidade, sem prejuízo de demais hipóteses que recomendem a medida.

53. De acordo com a Lei nº 1.118/1971 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, é correto afirmar que o prazo para tomar posse, contados da data da publicação do decreto de provimento é de :

- a) 30 dias
- b) 20 dias
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 25 dias

54. De acordo com a Lei nº 1.118/1971 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, é correto afirmar que o prazo para licença para tratar de interesse particular é de :

- a) dois anos.
- b) três anos.
- c) um ano.
- d) quatro anos.
- e) seis meses.

55. Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- a) o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.
- b) todos os crimes tipificados na referida legislação são apenados com reclusão.
- c) o crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.
- d) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado hediondo.
- e) a referida legislação contempla diversos crimes dolosos e culposos.

56. De acordo com a Lei nº 13869/2019 (Lei de abuso de autoridade), o sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade pode ser:

- a) Somente o particular
- b) Somente os membros do Ministério Público
- c) Somente os integrantes do Poder Executivo.
- d) Qualquer Agente Público
- e) Somente os integrantes do Poder Judiciário

57. De acordo a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o tipo de ação penal nos crimes previstos nessa lei é:

- a) Ação penal pública condicionada à representação
- b) Ação penal pública condicionada à requisição
- c) Ação penal pública incondicionada
- d) Ação penal privada subsidiária da pública
- e) Ação penal privada

58. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006) marque a alternativa correta.

- a) É possível a aplicação da Lei Nº 9099/1995.
- b) O sujeito passivo, para incidir a Lei Maria da Penha, tem que ser homem
- c) Não é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- d) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- e) O crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, previsto no art.24-A, da Lei Maria da Penha, é punido com detenção de três meses a dois anos.

59. De acordo com a Lei de Drogas (Lei nº 11343/2006) marque a alternativa correta sobre o crime de posse de droga para consumo próprio:

- a) É um crime punido com detenção.
- b) É um crime punido com reclusão.
- c) É punido com a prestação de serviço à comunidade pelo prazo de 6 (seis) meses se o indivíduo for primário.
- d) É punido com a prestação de serviço à comunidade pelo prazo de 12 (doze) meses se o indivíduo for reincidente
- e) É punido com a advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviço à comunidade e a medida educativa de comparecimento a curso ou programa educativo.

60. De acordo com a Lei nº 7716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor) quanto aos efeitos da condenação, previsto no art.16, é correto afirmar:

- a) O efeito da condenação é automático.
 - b) O efeito da condenação não é automático.
 - c) Constitui um dos efeitos da condenação a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a seis meses.
 - d) Constitui um dos efeitos da condenação a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a dois meses.
 - e) Constitui um dos efeitos da condenação a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a quatro meses.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
